

1968: UM PROJETO DE RELEITURA DA ATUAÇÃO DE ESTUDANTES PAULISTAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO¹

1968: A PROJECT FOR REVISING THE PERFORMANCE OF STUDENTS IN SÃO PAULO BRASILIAN STUDENT MOVEMENT

Aline Michele Nascimento AUGUSTINHO

Mestranda em Ciência Política. UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Pós-Graduação em Ciência Política. Pesquisadora pela CAPES. São Carlos-SP-Brasil. 13565-905 – aline_cso@yahoo.com.br

RESUMO: O ano de 2008 esteve repleto de “comemorações”, sobre o mítico ano de 1968. Mesmo se referindo a processos historicamente recentes, universidades, periódicos e redes de televisão dedicaram atenção aos quarenta anos da maior manifestação política estudantil brasileira. Além de lembrar a insurreição estudantil, os caminhos que levaram parte de seus integrantes à luta armada, é preciso pensar o que restou desse movimento para a política contemporânea. Sendo as duas principais lutas estudantis a garantia de excelência da universidade pública e o repúdio ao regime militar, ou seja, ao modelo político vigente no período, é interessante observar como estes mesmos atores agem quando então são integrantes da elite política. Utilizando como metodologia de trabalho ferramentas de estudo da ‘História Oral’ e das ‘Trajetórias de Vida’, como entrevistas para elaborar uma análise de trajetória, essa pesquisa procura apreender as estruturas sociais do período, através de conversas e relatos orais de alguns dos líderes estudantis de 1968. A partir de lembranças pessoais, é possível compreender o funcionamento e as várias etapas da trajetória de ação dos componentes das cúpulas do ME ao longo do Regime Militar, o contexto social, político e histórico, e particularidades do movimento e seus principais

¹ Trabalho com resultados parciais da dissertação de mestrado, apresentado à Sessão Temática 1 – Cultura e identidade, fotografia e história oral, do 3º Encontro Anual do Núcleo de Estudos em História Oral – USP: “Desafios e Perspectivas”, dezembro de 2008.

líderes. A singularidade humana é também uma maneira de revelar como as pessoas universalizam, através de suas vidas e de suas ações, a época histórica em que vivem, revelando assim caminhos ainda ocultos de um movimento que foi também formador do cenário político brasileiro contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Estudantil. Movimentos Sociais. Regime Militar.

ABSTRACT: *The year 2008 was full of “celebration” about the mythical 1968. Even referring to recent cases historically, universities, newspapers and television networks devoted their attention to the forty years of the largest political demonstration Brazilian student. Besides remembering the student uprising, the paths that led some of its members to the armed struggle, we must think what is left of this movement to contemporary politics. Since the two main student struggles to guarantee excellence of the university and public repudiation of the military regime, namely the current political model in the period, it is interesting how these same people act when they are then members of the political elite. Using as a way of working tools for the study of ‘Oral History’ and ‘Paths of Life’ as interviews to develop a path analysis, this research seeks to infer the social structures of the period, through conversations and oral accounts of some of the leaders Student 1968. From personal memories, it is possible to understand the functioning and the various steps of the path of action of components of the ME domes along the military regime, the social, political, historical particularities and the movement and its key leaders. The uniqueness of man is also a way of revealing how people universalized through their lives and their actions, the historical era in which they live, thus revealing hidden pathways still a movement that was also trainer of the contemporary political scene.*

KEYWORDS: *Student Movement. Social Movements. Military Regime.*

1 Antecedentes históricos: contexto sócio político no Brasil

Assim como os autores se voltavam cerca de 40 anos às estruturas políticas e econômicas coloniais que pudessem explicar o golpe militar, ainda hoje os ecos desse período conturbado provocam – e evocam – inúmeras discussões. Desde a legitimidade da celebração do aniversário dos 40 anos da resistência estudantil, que pipocaram por toda a imprensa em 2008, as discussões do que foi de fato o sistema político que se erigiu em março de 1964. É certo que houve período de extrema violência, de atitudes que buscavam o apagamento do sujeito pelo estado, de ataques a liberdade de pensamento, a expressão, a integridade e a vida daqueles que se opunham aos governos militares.

Ao contrário da abordagem jornalística, muitas vezes pouco profunda, feita por boa parte dos autores sobre o movimento estudantil, João Roberto Martins Filho (1996a, 1996b, 1987) traça uma análise sociológica quando se preocupa em esclarecer as razões para o movimento e as relações de seus integrantes com outras esferas sociais nas quais, inevitavelmente, também estão inseridos, ou seja, conferindo-lhes um caráter de classe, ainda que a própria auto-imagem do estudante a rejeite. Da mesma forma, o autor justifica que não há como entender as relações do movimento com a ditadura militar sem antes compreender a atuação dos estudantes e de sua entidade maior no período pré-64.

A ascensão da classe média às universidades nos anos sessenta mostra que muitas das reivindicações do movimento remetem aos interesses de sua classe de origem, uma vez que, como sendo as primeiras gerações dos grupos médios a chegarem ao nível de ensino superior, carregam consigo a esperança de sua família, e numa projeção maior, de seu círculo social, de elevar seu status e padrão de vida através da titulação acadêmica (MARTINS FILHO, 1987). O radicalismo das ações estudantis pode ser reflexo das características de uma classe que viu frustrados seus interesses com a ascensão do regime militar.

A vanguarda da radicalização estudantil parece surgir quando, em fins da década de cinquenta, novos tipos de movimentos populares surgem pressionando o governo Kubitschek (MARTINS FILHO, 1987). De um lado, a classe média se sentia desconfortável com o populismo, que podia ameaçar seu status e seu lugar na sociedade, de outro, as classes trabalhadoras lutavam por novas medidas de emergência que as atendessem.

Neste contexto, os estudantes buscavam a tão almejada reforma universitária, que já dava alguns sinais de vida com o projeto de construção da UnB, em Brasília, mas que ainda se mostrava distante. É justamente o fato de a esquerda ter reassumido a diretoria da UNE que transforma sua mobilização, e caracteriza o movimento no pós-64, pois se tratava de uma nova esquerda: a da juventude universitária católica (MENDES JUNIOR, 1981).

Nos anos cinquenta, a posição da JUC sempre fazia diferença para um dos lados nas eleições para diretoria da UNE. De lá até os anos sessenta, um gradual processo de politização se percebe entre os estudantes cristãos. Isso faz com que eles tomem uma posição definida, à esquerda, vanguardista na questão do dilema “Nacionalismo x entrega ao Imperialismo” (MARTINS FILHO, 1996a). No congresso da Une de 1961, a JUC vai se apresentar como a mais poderosa

corrente política da entidade, dominando a diretoria até o golpe em 1964. Esse processo de politização e militância dos jovens católicos fez toda a diferença no meio de manifestação universitária, onde mais tarde foi criada a Ação Popular, entidade estudantil católica que surgia da JUC, embora fosse mais radical. Tal entidade esteve presente e teve muito peso em todo o rumo do movimento estudantil no pós-golpe.

A partir de então, a luta pela reforma universitária foi a reivindicação “chave” até os primeiros anos do golpe, quando a repressão aumenta e a mobilização estudantil passa a ser empenhada rumo a uma nova constituição estrutural da sociedade brasileira: democrática e igualitária, sem classes e sem repressão (SIRKIS, 1980).

Mais que mudanças políticas, o que os jovens queriam era um rompimento total com os velhos valores do relacionamento social, queriam afrontar a seriedade, o formalismo, os conceitos morais arcaicos de uma sociedade paternalista e ainda com resquícios senhoriais, que tão bem caracterizavam o mundo adulto brasileiro (POERNER, 1979). Profundamente musical, descobrindo novos ícones, novas formas de produção e interpretação cultural, a juventude de 1968 também lutou contra as velhas estruturas, as quais queria derrubar se expressando de maneira inovadora, rompendo com a cultura burguesa de delicadezas supérfluas, mostrando no palco e nas rádios a realidade da maneira como a via. A Tropicália e seus intérpretes, tiveram ascensão nessa época, querendo dominar seu presente, mas fizeram muito mais: deixaram ao futuro um legado cultural popular dos mais geniais que o Brasil poderia supor.

A quebra de paradigmas culturais, como o uso da pílula anticoncepcional, o divórcio, a tropicália, os festivais, o cinema novo de Glauber Rocha que escancarava ao mundo a miséria não só material, mas também social que o país vivia, tudo foi criado por uma juventude que, segundo o “carbonário” Alfredo Sirkis (1980), o Brasil jamais veria de novo: politizada e intelectual. Os jovens dessa época faziam tudo com tal paixão, que era como se o futuro dependesse somente deles – e para isso precisavam dominar o presente. No mundo todo, a juventude parecia começar uma revolução internacional de conquistas sociais e quebra dos valores que a eles pareciam antiquados. Por isso, a juventude transformou-se num adjetivo consumível virou marketing, publicidade. A imagem dos jovens é utilizada e relacionada a tudo o que é bom e eterno, mas ela própria não é (MATOS, 1986).

1.1 O movimento estudantil francês

Embora não houvesse unidade ideológica nas agitações que varreram o mundo naquele ano, havia uma simultânea vontade de erigir uma revolução cultural, quebrar barreiras, construir uma nova sociedade a partir da contestação, quando não da revolução. Assim, as movimentações na França não foram o epicentro das agitações estudantis, mas foram suficientes para que os acontecimentos da Primavera de 68 repercutissem em todo o mundo. Nesse sentido, em “Paris-1968 – As Barricadas do Desejo”, a autora Olgária Mattos tenta explicar os motivos pelos quais se deu as movimentações em Paris naquele ano. Um dos aspectos mais importantes a ser discutido quanto ao movimento estudantil francês, é que ele não nasce de uma crise política ou econômica, como no caso do Brasil.

Ao contrário, o desejo revolucionário estudantil partia exatamente da perfeita adaptação e aptidão francesa ao capitalismo monopolista, que exigia profissões cada vez mais técnicas que abastecessem o mercado da grande indústria, em contraponto à tradição humanista que ainda se supunha existir no ensino superior. Temendo que a universidade se tornasse um lugar de formação técnica apenas, os estudantes a transformaram num símbolo de reunião, discussão, enfim, de efervescência intelectual, acreditando que “[...] se a ciência e a técnica estão a serviço da mercadoria, o saber está a serviço do poder [...]” (MATTOS, 1986, p.13).

“A imaginação no poder” torna-se então, o lema e objetivo pelos quais lutam os estudantes que, inicialmente tomam *Nanterre* e *Sorbonne*. Numa sociedade marcada pela divergência entre a crescente modernização tecnológica capitalista, e as formas culturais de relacionamento social tradicionais, os jovens franceses rejeitam o arcaísmo das células de formação educacional – a família e a universidade – recusando também a formalidade burocrática dos partidos políticos, principalmente os de esquerda, reclamando com veemência uma grande transformação nos valores sociais. Com base na idéia de que o homem deve estar tão satisfeito moralmente quanto materialmente, reivindicam reformas no ensino, gerando uma crise social a muito não vista na França.

De *Nanterre*, a manifestação em protesto contra a prisão de um jovem que pertencia a um comitê contrário a Guerra do Vietnã, a manifestação vai para *Sorbonne*, devido a um incêndio na sede da UNEF. Alunos das duas escolas

resolvem promover uma passeata, mas o grupo direitista *Occident* ameaça impedi-la. A pedido do reitor da *Sorbonne*, a polícia contém as manifestações, mas os estudantes sentem seus direitos violados pela invasão em todo o *Quartier Latin*.

Muitos estudantes são presos e no dia 10, quinze mil pessoas organizam uma manifestação quando são notificados do fechamento do *Quartier Latin* pela polícia. Nasce, então, a idéia de ocupá-lo antes, levantando barricadas. De madrugada, uma violenta batalha entre estudantes e policiais dura cerca de quatro horas, em que os jovens defendem com pedras e coquetéis molotov das bombas de gás dos policiais. Na manhã seguinte, protestos contra a repressão inundam a França, culminando no dia 13 com a ocupação estudantil de todas as universidades. Por de trás das barricadas é toda uma vida que se desenvolve: comunas, assembléias e a chamada “revolução dos muros” caracterizam a reabilitação do poder da palavra, a partir do qual a “imaginação toma o poder”.

Segundo o principal líder francês, Daniel Cohn Bendit, os estudantes não boicotavam a universidade, mas queriam abrir uma brecha no mundo burocratizado, onde se desfizessem todas as formas de instituição e autoridade. A revolta estudantil culmina numa grande crise de poder do governo francês. No dia seguinte a noite das barricadas, o ministro da educação fala sobre reforma universitária e sobre exames finais sem dar-se conta da revolução cultural que se erigia, e que afastavam os estudantes de qualquer concentração para os exames finais. As duas primeiras semanas de maio são as mais violentas, estudantes são feridos com mais freqüência, aumentam os inquéritos policiais. Após a greve operária que paralisou a França, porém, os últimos núcleos de resistência estudantil são tomados, cedendo até meados de junho. A direita se reorganiza e ensaia mandar Cohn Bendit, alemão judeu, de volta a seu país.

Embora o operariado de tão fortes extradições revolucionárias não lutasse ao lado dos estudantes pela revolução, a primavera francesa de 1968 ficou conhecida como vanguarda revolucionária cultural, mas segundo Olgária Mattos, havia muito mais “sentimentos” revolucionários que as ações propriamente. O ímpeto revolucionário daqueles jovens buscavam muito mais que uma reforma universitária. O que buscavam era a transcendência do poder pelo espírito criativo, a transformação das estruturas arcaicas de ensino e também de molde das relações humanas, em módulos de estímulo a imaginação.

1.1.1 A UNE no pré 1964

Quando se observa a participação política estudantil ao longo da história brasileira, percebe-se que ela esteve sempre presente nos momentos de maior relevância na trajetória político social brasileira, desde atuações individuais ou de pequenos grupos regionais no período imperial até a instituição do órgão que unificaria os estudantes do século XX. A criação da União Nacional dos Estudantes torna-se um divisor de águas na história do movimento estudantil. Fundada em 1937, baseada na luta pela democracia, passou a ter uma considerada relevância tanto na atividade política estudantil quanto na nacional (POERNER, 1979). Lutou contra o fascismo e pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial após o bombardeio de alguns navios brasileiros pelos alemães, e pela criação de uma empresa estatal de produção e refinamento de petróleo, através da campanha ‘O Petróleo é Nosso’, na década de quarenta (MENDES JUNIOR, 1981). Passa pela chamada “fase negra”, em que a esquerda perde o poder.

A recuperação da esquerda se dá em 1956, quando o então presidente José Batista de Oliveira Júnior comanda uma greve contra a carestia em geral e mais especificamente contra o aumento do preço dos bondes. Nos anos 60, é a Ação Popular, com seu o catolicismo de esquerda, quem comanda a Une, até o golpe de 1964 (MENDES JUNIOR, 1981). A entidade é uma das primeiras vítimas do golpe, tendo sua sede incendiada pelos militares. A análise pré-64 também é essencial para se entender o relacionamento e as formas de diálogo – ou, segundo Maria Ribeiro do Valle (1998), a inexistência deste – entre o movimento estudantil e a ditadura militar, a opção pelas concessões ou pelo protesto violento, pela tentativa de revolução.

1.2 O movimento estudantil no Brasil

Analisando a história do movimento estudantil e suas particularidades nas relações com outros meios e esferas sociais, com as quais participava ou apenas mantinha alianças, como com o operariado, pode-se perceber as verdadeiras causas e caminhos que o levaram à radicalização, e mais tarde à clandestinidade e à luta armada (SIRKIS, 1980). De acordo com MARTINS FILHO, (1987, 1996a) o movimento, apesar de contínuo, não era imutável, ao contrário, modificava seu tipo de mobilização e ação de acordo com o ambiente político-social que a história brasileira o envolvia, e compreender não só o que, mas o

porquê de tais modificações são fundamentais para se compreender a mobilização estudantil daquela época, e também por que ela não mais acontece, nas mesmas proporções, atualmente, quando já se respira ares de democracia e liberdade há algum tempo.

Em contraste com o governo Goulart, em que a UNE tinha alguma influência nas decisões governamentais, com o golpe militar ela não só foi desligada, como foi posta na ilegalidade, com a tentativa de criação de uma nova entidade estudantil pelo novo governo, que não foi aceita pelos estudantes.

Jean Marc, presidente da UNE em 1968, afirma em entrevista a Daniel Aarão Reis Filho (1988), ter apoiado o golpe, como quase a totalidade da classe média brasileira. Porém, como a economia não dera sinais de melhora com relação aos governos anteriores, ao contrário, e com as atividades arbitrárias que vinham sendo tomadas, pouco tempo depois, a classe média já se contrapunha ao governo. Mesmo ilegal, a UNE ainda mantinha projetos de extensão cultural, como o CPC (Centro Popular de Cultura) e a UNE – Volante, mas a ilegalidade fazia com que cada dia se tornasse mais difícil sua organização e administração (SIRKIS, 1980; VENTURA, 1988).

Aos poucos, os jovens se aproximavam de novas idéias, novos pensadores, que os faziam reavaliar aquela situação. Partindo da mítica Revolução Cubana e das atividades libertárias de Guevara na América Latina, a admiração juvenil por tais fatos acelerou seu encontro com pensadores como Althusser, Marcuse, Sartre, Lukács (SIRKIS, 1980; VENTURA, 1988). Acordando do torpor provocado pelo golpe, entre 1964 e 1967, algumas manifestações por melhorias no ensino universitário, se faziam visíveis e freqüentes.

Neste ponto, antes mesmo da explosão do ME, surge uma questão que inquietou até mesmo seus principais líderes, acarretando discordâncias internas e dissidências: o ME era um movimento “político” ou “universitário”? Segundo Jean Marc, foi universitário (REIS FILHO, 1988), levando em conta suas reivindicações, o relacionamento com o governo repressivo é que caracterizaria o movimento como político. Entretanto, para Vladimir Palmeira, foi político desde o princípio, uma vez que as reivindicações estudantis eram o primeiro passo para uma futura e profunda mudança nas estruturas sociais brasileiras, que deveria começar com o aumento da qualidade de ensino e sua extensão a todos os cidadãos (REIS FILHO, 1988).

A divisão entre manter o movimento como manifestação política ou somente em torno de reformas educacionais ficou clara nas discussões internas,

e a indecisão acerca do caminho certo a tomar pode ter sido um importante fator para o refluxo e o desfecho que se seguiu. Com o populismo dos anos cinquenta, as camadas mais pobres da população tiveram algumas possibilidades de ascensão e melhoria de vida. Preocupada com a aproximação dessas camadas e o crescente distanciamento das elites, a classe média via a aquisição do capital simbólico educacional como a melhor forma de manutenção de seu status há pouco adquirido, e também de alguma aproximação das classes mais abastadas. A universidade tornara-se meio de vida para os jovens pertencentes à classe média, tanto que a escassez de recursos e vagas no ensino superior tornara-se motivo de protesto (RIDENTTI, 1994).

Em 1968, apenas 2% dos jovens brasileiros entre 17 e 25 anos estavam nas universidades, e as primeiras passeatas do ano se formaram, então, para protestar contra o excedente, formado por alunos que passavam no vestibular, mas que não se matriculavam por falta de vagas. Some-se a isso a intenção de Costa e Silva de implantação do sistema norte-americano de ensino universitário, com o pagamento de mensalidades, os chamados acordos MEC-Usaid, e teremos o cenário do início das manifestações estudantis mais radicais (SIRKIS, 1980). Panfletos contra estes acordos e contra o governo circulavam nas faculdades e escolas secundárias, os diretórios acadêmicos, grêmios estudantis e a própria Une, mesmo ilegais, faziam assembléias e discutiam como contestar e reverter as imposições do governo, como o arrocho salarial e as anuidades obrigatórias (SIRKIS, 1980; VENTURA, 1988).

Aliado a isso, havia a elitização do ensino, o funil dos vestibulares por onde aqueles que vinham de escolas públicas raramente conseguiam passar, além dos projetos de introduzir a especialização técnica, um tipo de ensino utilitário e ultrapassado, para a qual as massas seriam desviadas, abastecendo o mercado de trabalho das grandes empresas. Por tudo isso, cresciam as manifestações, que geralmente se tratavam de comícios-relâmpago, rápidos e pacíficos, feitos a um pequeno número de ouvintes (SIRKIS, 1980; VENTURA, 1988). Até o assassinato, pela polícia, de Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968.

Passado o apogeu do maio francês, os estudantes brasileiros voltam as ruas, porém “[...] o trasbordamento das reivindicações para as ruas será mais consistente e orgânico. Expressará a maturação de uma discussão mais elaborada das reivindicações: verbas, vagas, currículos, métodos de ensino, relações entre professores e alunos. A política educacional do governo será o alvo principal da crítica.”(REIS FILHO, 1988, p.15). Em junho de 1968, com as manifestações

melhor direcionadas a questões universitárias e do ensino público, sem se limitar a protestar, mas agora apresentando soluções a suas reivindicações e, dando mostras de abertura e incentivo ao diálogo, os estudantes se põem novamente em movimento, através de greves nas federais do Paraná e do Rio de Janeiro, ocupações de universidades na Bahia, na USP de São Paulo, concentrações em frente ao Ministério da Educação no Rio. Mais organizado, o movimento estudantil volta às ruas e as manifestações se espalham pelo país. Neste período, as maiores repressões acontecem em Brasília, na UnB, onde desde o golpe, as atenções do governo parecem não perder qualquer manifestação, comício ou passeata, por mais breves que sejam (GURGEL, 2002).

No dia 19, no Rio de Janeiro, novas passeatas contra a política educacional do governo são realizadas, com novas concentrações em frente ao MEC. No dia seguinte, estudantes “impõem” o diálogo à reitoria e ao corpo docente, numa assembléia que dura cerca de oito horas, no Teatro de Arena da Faculdade de Economia. Este momento é tido como um dos mais importantes do movimento estudantil, pois quebrou a conservadora hierarquia professor-aluno, numa proposta dos alunos de que todos aqueles dentro das universidades contribuam para sua expansão e modernização – a idéia era que todos compartilhassem conhecimento para que todos aprendessem juntos, alunos e professores – contra os arcaísmos e a repressão governamental (SIRKIS, 1980; VENTURA, 1988). Queriam saber se os professores os apoiavam, aprovavam ou não a repressão, numa atitude tão ousada, que nem mesmo os estudantes franceses realizaram (MATTOS, 1986).

Preocupado com a repetição no Brasil de um novo Maio francês, o governo prepara um cerco militar diante da universidade, impedindo a saída dos estudantes, sob ameaças de repressão. Quando os estudantes decidem sair, furando o cerco, podiam imaginar que haveria repressão, mas jamais o que se sucedeu. Cerca de quatrocentos deles foram presos e levados ao estádio de futebol do Botafogo, onde sofreram, muito mais que agressões físicas, mas agressões morais, humilhações sexuais, principalmente com as garotas, e os homens, deitados de bruços ou em pé, com as mãos nas cabeças, completamente impotentes (SIRKIS, 1980; VENTURA, 1988).

O último mês do ano começaria com o ápice do endurecimento do regime militar, sintetizado no AI-5, uma série de leis que dava uma guinada à extrema direita, conferindo ao presidente poderes para caçar mandatos, fechar o Congresso Nacional, declarar estado de sítio, suspender o *Habeas Corpus* em

caso de crime contra o Estado, realizar o julgamento de crimes políticos por tribunais militares. Ao fim do mês, surge a denúncia do caso PARA-SAR, em que se planejava utilizar aviões da FAB para eliminar os maiores inimigos do sistema autoritário, entre eles todos os principais líderes estudantis, Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, jogando-os em alto mar (REIS FILHO, 1988; SIRKIS, 1980; VENTURA, 1988).

A resistência aprendia a responder no mesmo tom, por meio de seqüestros, assaltos e, enfim, ações de guerrilha armada. O sonho de revolução do ME acaba, ou ao menos refluí intensamente com o início dos anos de chumbo da ditadura de Médici. Entre 1969 e 1972, continuou a batalha pela revolução, porém de forma mais drástica, através da guerrilha. Ao fim desse período, quem se opôs ao governo foi morto, exilado por contra própria ou simplesmente “desapareceu” (BETTO, 1982).

2 Pressupostos teóricos

A utilização do método biográfico pode ser uma das melhores formas para estudar a elite política brasileira, uma vez que, de acordo com Mirian Goldenberg (2005), há um pequeno número de pessoas que formulam e implementam políticas estratégicas, e reconstruir suas histórias de vida talvez seja o melhor caminho para conhecer tais indivíduos, suas estratégias e instrumentos para manter ou chegar ao poder, suas origens e seus valores. Para ela, uma das dificuldades desta abordagem é que poucas pessoas conseguem formular e empreender políticas e estratégias de trabalho. Porém, um dos problemas dessa abordagem é que ela se limita a “quem quer falar”, já que para muitos membros da elite, manter o silêncio e a discrição é regra necessária para continuar no poder.

É preciso enxergar nas trajetórias individuais um reflexo das condições históricas e culturais em que se inserem, “[...] assim, a abordagem de História de Vida cria um tipo especial de documento no qual a experiência pessoal entrelaça-se à ação histórica, diluindo os antagonismos entre subjetividade e objetividade.” (GLODENBERG, 2005, p.40). Aqui, o objetivo é estabelecer uma clara articulação entre biografia individual dos estudantes paulistas participantes do XXX Congresso da UNE, e seu contexto histórico social. Mas o indivíduo não pode perder sua identidade através do tempo, num sistema de relações que o marcam. Segundo Passeron (1995) cada indivíduo, cada singularidade é uma

peça que ajuda a compor um painel completo, a sociedade. Neste painel, nesta mesma estrutura, existem diferentes pessoas pelas quais a estrutura longitudinal as atravessa de forma semelhante ou então diferente. Mas o fato é que elas estão ligadas por laços através do tempo. Nesse sentido, não há problema quando se perde a continuidade biográfica, por que o foco está nas relações que o indivíduo está mantendo com as estruturas que o permeiam e com os indivíduos que partilham delas. Desta forma, propõe-se aqui uma análise de trajetória com abordagem longitudinal – ou seja, onde a vida do indivíduo é constantemente perpassada por diferentes esferas e instituições sociais, que a influenciam.

Para tanto, foram utilizadas entrevistas concedidas ao longo do primeiro semestre de 2009. O ambiente histórico e social é delineado por artigos de Daniel Aarão Reis Filho, e pelas análises sobre as juventudes em 1968 feitas por Groppo e Martins Filho, além da definição dos movimentos de juventudes feitas por Foracchi.

Entretanto, se a metodologia parte de dois cortes sincrônicos (de partida e chegada da análise, ou neste caso específico, em 1968 e depois na contemporaneidade) podemos constatar que elementos diferentes na primeira e na última avaliação. Assim, pode-se fazer todo tipo de análise comparativa entre pontos diferentes, ou entre indivíduos diferentes. Mas é importante ressaltar que, mesmo quando portadores das mesmas propriedades, os indivíduos jamais são os mesmos.

Desta forma, o método biográfico é o escolhido para trabalhar com essas trajetórias. Através da História de vida, de biografias, autobiografia e entrevistas é possível empreender uma análise de trajetória, e compreender “[...] a visão do lado subjetivo dos processos institucionais estudados, como as pessoas concretas experimentam estes processos e levantar questões sobre a experiência mais ampla” além de “revelar como as pessoas universalizam, através de sua vida e de suas ações, a época histórica em que vivem.” (GOLDENBERG, 2005, p.43).

2.1 A herança revolucionária e os projetos de revolução dos anos 1960

Mesmo com Brasil e parte da América Latina sob regimes militares, com os projetos governamentais de privatização das universidades e o conturbado contexto internacional, observa-se “motivos”, mas não uma “força” claramente distinguível que seja razão de um movimento tão abrangente (ARENDDT,

1989). O movimento da história se dá em relação ao indivíduo, à formação do conceito de cidadão e às formas de inserção e de participação na vida pública. Para Hannah Arendt, os autores da filosofia da história erram, porque o efeito da modernidade é não ter um “*a priori*”. Segundo ela, não há como achar uma força diretiva no processo histórico, bem como é impossível dizer para onde caminha o homem. Estes estariam soltos, livres no mundo. Assim, seria muito difícil definir o bem comum sem normas de orientação, ou verdade anterior que possibilitasse que a política chegasse ao objetivo inicial do contrato social. Ou seja, não há um testamento porque não há princípio ético ou normativo além da vontade humana: a modernidade torna os indivíduos soberanos. Mas soberanos em relação a que? Segundo Hannah Arendt, o homem é livre na modernidade, mas sua liberdade não tem outros critérios que não seus próprios interesses. Se a sociedade é livre para qualquer decisão, livre de qualquer normatividade, ética ou moral, tal decisão não é necessariamente “justa”. Uma sociedade poderia decidir formalmente qualquer coisa, como um estado totalitário ou a anulação dos direitos civis, já que é livre e soberana para tanto.

A crítica de Hannah Arendt vem justamente questionar esse princípio de liberdade: a vida humana deve realmente ser redigida pelos mesmos princípios que regem o mercado? Como pensar a existência humana sem qualquer gabarito a não ser a liberdade de ação política do homem, que poderia levá-lo a qualquer lugar? A primeira matriz de pensamento que busca responder a essa questão leva à democracia competitiva, onde não há moral a priori, mas a maioria decidiria os caminhos a serem trilhados pela sociedade. Este era o princípio máximo do interesse, da guerra de todos contra todos, e o mesmo que regia o mercado. Mas há uma segunda matriz com a qual Hannah Arendt concorda: a da democracia deliberativa, pautada nos movimentos e ações existentes na esfera pública. Em “Da Revolução”, Hannah Arendt dá sinais sobre o que fazer nessa lacuna entre o passado e o futuro. Para ela, o processo revolucionário é ambíguo, mas se pauta na tentativa de empreender uma construção política estável. Entretanto, apenas quando a sociedade civil é levada em conta nesses processos de ruptura é que a revolução termina vitoriosa. Assim, se os comunistas também houvessem se preocupado com o bem estar público (social), teriam resultados mais concretos na elaboração de seus sistemas de governo.

Mas sua leitura dos pressupostos marxistas se atrela ao seu posicionamento político frente às revoluções burguesas: a revolução francesa faz história no mundo, embora seja a revolução americana quem nos tenha deixado o

legado revolucionário mais consistente, porque se caracteriza desde o início pela participação política direta e pelo sistema de associações como fonte de legitimidade das autoridades constituídas, o que assegura a participação da comunidade na esfera política. Para Maria Ribeiro do Valle (2008), Hannah Arendt condena a guinada na concepção da política provocada pela entrada das massas no processo revolucionário – quando ocorre a abdição da liberdade em face dos “ditames da necessidade”, que estaria intimamente ligado à violência:

O malogro da tradição revolucionária em considerar seriamente a única forma inédita de governo que despontou da revolução pode ser explicado, em parte, pela obsessão de Marx pela questão social, e sua relutância em dar a devida atenção a questões do Estado e do Governo. Entretanto, essa explicação é insuficiente, e, em certa medida, até mesmo questionável, porque tem como pressuposto a preponderante influência de Marx no movimento e na tradição revolucionários, uma influência que ainda necessita ser suficientemente explicada. Além disso, entre os revolucionários, não foram apenas os marxistas que se revelaram altamente despreparados para as realidades dos eventos da revolução. (ARENDR, 1990, p.206).

Para Arendt, revoluções que não resultam numa constituição, num sistema duradouro e efetivo no qual se pauta o governo dos homens da revolução tanto quanto os governos subseqüentes não são capazes de oferecer e assegurar as liberdades políticas e civis – e liberdade política sem participação, não é liberdade, pois “[...] liberdade política ou significa ‘participar do governo’ ou não significa nada [...]” (ARENDR, 1990, p.175). Arendt lê como insignificante o papel dos revolucionários profissionais no processo revolucionário, embora tenha grande influência sobre ele. E tais revolucionários se espelham no passado, em processos já ocorridos, como os revolucionários brasileiros da década de 1960 espelhavam-se na solidariedade latino-americana e na Revolução Cubana. Uma revolução não termina com a abolição do Governo, do Estado opressor, mas com a constituição de um novo modelo de governo, um novo Estado. Arendt privilegia, assim como Gramsci e Mannheim, a idéia de revolução passiva, revolução sem armas, presente no campo simbólico, cultural. Diferente da tese marxista onde a revolução é estrutural e redireciona a ação do Estado àquele que tem o privilégio epistemológico: o proletariado, a classe portadora do futuro. A partir daí se inicia uma tensão entre a esfera privada e a esfera pública. Os interesses sociais, as questões sociais geram paixões, e estas, se não direcionadas

e expressas pelo canal exato na opinião pública, pode levar à violência. Assim, a paixão revolucionária, carregada da paixão dos homens pela resolução das questões sociais, inevitavelmente levaria à violência².

Com base na discussão proposta por Maria Ribeiro do Valle (2008) a leitura que a esquerda acadêmica contemporânea faz de Hannah Arendt é a de uma autora que exclui os menos favorecidos economicamente da vida pública, que repudia os pressupostos marxistas de que a pobreza estimula o rompimento das “algemas da opressão”, e de que a questão social seja inserida no processo revolucionário, tal qual ocorreu na Revolução Francesa. A presença do fenômeno francês é maior que do americano na tradição do pensamento revolucionário, o que faria com que houvesse um predomínio das ações violentas nos processos revolucionários. Assim, haveria em seus pressupostos uma condenação aos novos militantes da esquerda do século XX, especialmente da década de 1960, por evocarem o processo revolucionário clássico Francês – uma acusação velada de que a nova esquerda fazia apologia à violência revolucionária, fato que incidia nas ações estudantis, que envolviam primeiro questões políticas, e depois, sociais. Embora identifique no movimento estudantil ações de democracia participativa, a proximidade com radicais e extremistas que carregavam bandeiras sociais os aproximava perigosamente das ações violentas:

Enquanto os “autênticos rebeldes” cometem algumas irregularidades como sitti-ns e ocupações de prédios universitários – entendidos como ação política, os elementos “criminosos”, provocam incêndios e incitam a revolta armada. Assim, também cataloga, como criminosos, os teóricos seus contemporâneos que se colocam em linha de continuidade com o marxismo clássico. Posicionando-se contrariamente ao movimento estudantil, aos movimentos de libertação colonial e aos integrantes da nova esquerda, nega-lhes qualquer potencialidade transformadora. (VALLE, 2008, p.4).

² Cita os conselhos das comunas como uma forma inteligente de inserir o povo na revolução, controlada e organizada, que se assemelha às associações americanas, como canais eficientes da expressão da opinião pública, que pode ser captado pelo senado, e clara e racionalmente convertido por ele em ação política. As revoluções modernas, a exceção da Americana, bem como as contemporâneas, ao contrário, incitam a paixão no povo, e é dessa maneira que ele é inserido no processo. Ora, com a paixão preponderante a razão não tem espaço para se manifestar, e a violência se apodera do processo revolucionário: “Os conselhos eram, obviamente, esses espaços de liberdade. Como tais, eles se recusaram sistematicamente a se considerarem órgãos temporários da revolução, e, ao contrário, envidaram todos os esforços para se firmarem como órgãos permanentes do governo. [...] Foi nada menos que essa esperança de uma transformação do Estado, de uma nova forma de governo que permitisse a cada membro da sociedade igualitária moderna se tornar um ‘participante’ dos assuntos públicos, que ficou sepultada nas desastrosas revoluções do século XX.” (ARENDDT, 1990, p.211).

A obra de Hannah Arendt é pouco citada entre os intelectuais brasileiros dos movimentos sociais da década de 1960, mas alguns outros autores discutem a visão arendtiana do processo revolucionário. Segundo Valle, Antônio Cândido, um anti-stalinista, não concorda com a aproximação que a autora faz entre nazismo e stalinismo como processos de apagamento do sujeito, porque o primeiro sim, o anula politicamente, mas o segundo pode ser alterado, por ser um projeto, uma via para outro modelo de Estado, o comunismo. Mas Arendt não é conservadora, embora algumas leituras possam ter esse sentido. Na verdade, o pressuposto arendtiano prima pelo espaço organizado de expressão política, mantendo o indivíduo como sede de razão e julgamento, mas erigindo canais para expressar as demandas e opiniões de maneira a alterar positivamente o Estado dentro das premissas democráticas.

3 Atores de um projeto de revolução

Os atores são imprescindíveis para o entendimento e execução das normas sociais. Assim, os movimentos sociais são algo como uma “[...] culturalização da prática política”, quando “constituem aquela parte na realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas nas estruturas sociais, onde a ação é a portadora imediata da tecitura relacional da sociedade e de seu sentido.” (MELUCCI, 1996, p.231). Eles não constituem simples objeto social, mas uma lente através da qual problemas mais gerais podem ser abordados. Dessa forma, estudar os movimentos sociais também significa questionar o que nos foi dado como história sobre um determinado período, buscando novos fatos e novas relações. Para Touraine (1999) os Movimentos Sociais são formadores da historicidade, por isso, propõe o estudo sociológico dos movimentos sociais, as novas formas de estabelecimento de política, não só como arena de conflito, como formuladora de demandas e como reformuladora da história. Há neste período o nascimento de novos atores políticos, e aqui os estudantes surgem como elementos transformadores da estrutura social e política através de suas demandas. Entretanto, segundo Alberto Melucci (1996, p.234),

Decretar o nascimento de novos atores políticos, portadores de uma força transformadora sem que a análise demonstre concretamente a novidade de seu papel mediador entre a sociedade civil e o Estado, parece incompleto. A simples evidência empírica de manifestações populares não autoriza conclusões a respeito de sua função política, pois elas estão referidas a um

contexto em que há diferenças entre os vários movimentos sociais, das condições de sua eficácia e dos contextos políticos das quais emergem.

Mas o que torna os Movimentos Estudantis brasileiros deste período tão relevantes na história política do país? Marialice Foracchi (1977, p.121) questiona:

Seria essa visibilidade fruto das tensões e contradições do século XX que se resolviam pela auto-reciclagem de uma sociedade em um modo pós-industrial ou pós-moderno? Ou então a juventude teria se transformado numa categoria mais integrada diante da ética do consumo que ‘mundializa’ suas referências culturais e globaliza seus padrões de sociabilidade, ou apenas naquele ano a juventude se tornava o agente central de uma onda revolucionária onde antes o destaque era a classe operária?

Muitas destas questões continuam sem respostas, quatro décadas depois do ápice do movimento. E é por isso que, apesar de os movimentos estudantis serem terreno já bastante pisado pelas análises das Ciências Sociais, ainda é necessário deter-se nalguns pontos, como por exemplo, a maneira como se erigiu e articulou o movimento numa cidade interiorana como São Carlos, portadora de valores sociais tradicionais, quando o mesmo quase que desaparecia das metrópoles. É neste ponto que este trabalho procura contribuir.

Ruth Cardoso (1986) elenca as especificidades do desenvolvimento latino-americano como características essenciais para se estudar os movimentos sociais urbanos. Entretanto, em vez do capitalismo excludente e de “cidades mais inchadas por um terciário miserável”, a década de 1960 e 1970 trouxeram à cena uma camada popular mais participante, paralelamente à instalação dos regimes militares – e também por causa deles – que trouxeram à tona e puseram em evidência as “novas contradições urbanas” produzidas pelos mundos contrastantes do capitalismo tardio no Terceiro Mundo *versus* o pós-industrialismo nos países desenvolvidos. Luis Antonio Groppo (2005) vai mais além e define uma onda mundial de movimentos de “contracultura”, críticos do tipo de vida que se estabelecia com os anos finais do capitalismo industrial e a chegada do capitalismo tecnológico que prenunciava a globalização. Neste contexto, os estudantes que se viam possivelmente à margem da sociedade industrial por um ensino tecnicista, propunham um novo modo de vida, que ressoava, nas palavras de Castells (1972), como o “rumor das lutas libertárias”:

De repente, o rumor surdo e regular da circulação urbana foi quebrado por uma confusão de passos, vozes, gritos, barulhos de metal e vidro. O fluxo dos automóveis parou, grupos se formam, a massa em movimento cresce, pedaços de pano, de papel, de madeira falam deles. E de sua cidade. Em frente, os eternos capacetes, a ordem, o passo cadenciado, e logo a carga, a violência, a recusa. Algumas vezes o gás, outras o sangue ou ainda o disparar de uma arma de fogo. Sempre, sob estas diversas formas, o choque. Entre os que falam de si mesmos e os que falam dos que dão as ordens. Entre os que querem mudar a vida e aqueles que querem restabelecer este rumor surdo da circulação regular ao ritmo cotidiano das coisas que passam sem passar. (CASTELLS, 1972, p.6).

3.1 Des-romantizar: “os heróis são o povo brasileiro”

“Ainda me vejo em cima de um desses caminhões” – lembra o professor Leopoldo³. Quase 40 anos depois do mítico ano de 1968, sua voz, que durante toda sua entrevista foi pausada, calma, se torna embargada ao ver as fotos dos estudantes presos em Ibúna na matéria da capa da revista *Veja*. Estudante de Química da Unesp de Araraquara naquele ano, Leopoldo Silva foi um dos 800 delegados presos no XXX Congresso da UNE.

“Os estudantes foram todos levados para o Presídio Tiradentes, e logo depois, para o Carandiru. Esvaziaram todo o terceiro andar para estudantes, e daí passaram a separar os líderes dos ‘não-perigosos’. Os líderes foram levados para o DOPS e presos, enquanto nós fomos soltos, mas ficamos sob vigilância. Todos os meses tinha de ir a capital responder chamada, até que foram relaxando e me esqueceram. Por causa da ficha no DOPS, perdi a bolsa de cem cruzeiros com que pagava a república, comida, roupas. Tive de começar a dar aulas, e só consegui concluir o meu curso depois de sete anos. Quando voltamos para Araraquara – um amigo e eu [o também professor José Murari Bovo] – fomos recebidos como heróis, tive de dormir no campus, na sala do reitor.”

Embora se concentrasse nas capitais, também havia uma rica movimentação estudantil no interior do país. De lá, Leopoldo assistira a morte de Edson Luis, e participaria de várias manifestações e congressos na capital,

³ Leopoldo Silva Castro, morador e professor em Araraquara, foi delegado no XXX Congresso da UNE em Ibiúna pela Faculdade de Química da UNESP. Depoimento concedido à autora em Araraquara, em 2002.

embora tenha se assustado muito com a ficha no DOPS, com o aumento da repressão e o conseqüente refluxo do movimento no fim do ano. “Sabia das torturas, achava que poderiam, se quisessem, me achar em qualquer lugar. E podiam mesmo”.

Aquele fora um ano em que qualquer pensamento tinha a possibilidade de se tornar real. Embora alguns líderes do movimento rejeitem o rótulo ou a idéia da existência de um “poder jovem”, atribuindo todos os acontecimentos ao contexto histórico, o fato é que, simultaneamente, diferentes países foram varridos pelo turbilhão estudantil. Em todos eles, a ascensão e o ápice foram tão intensos e velozes quanto seu refluxo ou sua repressão. Por isso mesmo, ainda que muitos dos objetivos políticos não tenham sido alcançados, todo o universo à volta e que caracterizou o movimento estudantil sofreu uma transformação profunda, sendo a *Revolução Cultural* a herança que a geração que essa década nos deixou.

Mais que mudanças políticas, o que os jovens queriam era um rompimento total com os velhos valores do relacionamento social, queriam afrontar a seriedade, o formalismo, os conceitos morais arcaicos de uma sociedade paternalista e ainda com resquícios senhoriais, que tão bem caracterizavam a sociedade brasileira. A juventude parecia começar uma revolução internacional de conquistas sociais e quebra dos valores que a eles pareciam antiquados, começando com a participação expressiva, embora não equiparável à masculina, das mulheres nos congressos estudantis, como o de Ibiúna (ver tabela e gráfico)⁴.

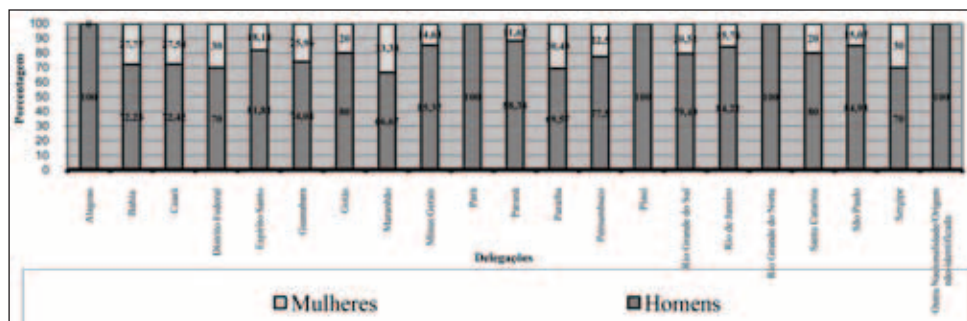


Gráfico 1 – Participação de gênero no XXX Congresso da UNE.

Fonte: Augustinho (2010, p.89).

⁴ A pesquisa no Arquivo Fundo DEOPS releva uma pequena diferença na lista concedida pela Secretaria Especial do Direitos Humanos – SEDH, em abril deste ano. Nela constam 719 nomes de estudantes presos nos congressos, mas nas pastas consultadas no arquivos, constam somente 695. Entretanto, o contato com os nomes não registrados nos catálogos do DEOPS confirmam a participação no evento, daí a inclusão da lista completa da SEDH na pesquisa.

Tabela 1 – Estudantes presos no XXX Congresso da UNE.

Região	Mulheres Presas (nº)	Homens Presos (nº)	Estudantes Presos (total nº)	Estudantes Presos (%)
Região Norte	0	3 <u>Estados:</u> PA (3).	3	0,42%
Região Nordeste	43 <u>Estados:</u> AL(0); BA (15); CE (8); MA (1); PB (7); PE (9); PI (0); RN (0); SE (3).	123 <u>Estados:</u> AL(1); BA (39); CE (21); MA (2); PB (16); PE (31); PI (1); RN (5); SE (7).	166	23%
Região Centro Oeste	9 <u>Estados:</u> DF (6); GO (3).	26 <u>Estados:</u> DF (14); GO (12).	35	4,87%
Região Sudeste	74 <u>Estados:</u> ES (2); GB (27); MG (12); RJ (3); SP (30);	341 <u>Estados:</u> ES (9); GB (77); MG (70); RJ (16); SP (169).	415	57,72%
Região Sul	15 <u>Estados:</u> PR (5); RS (8); SC (2).	82 <u>Estados:</u> PR (38); RS (31); SC (13).	97	13,49%
Região não identificada / outra Nacionalidade	0	3 2; ARG (1)	3	0,42%
Total	141	578	719	100%

Fonte: Augustinho (2010, p.90).

O congresso reunia mais de 700 estudantes, entre delegações de 20 estados brasileiros. São Paulo possuía a maior delegação, com 199 pessoas, dentre as quais 67% estudavam ou eram originárias do interior do estado, de acordo com as fichas no Departamento Estadual de Ordem Política e Social – Deops. Esse percentual de estudantes do interior num encontro nacional se deve à presença de grandes universidades públicas como a UNICAMP em Campinas, a Faculdade de Química e Ciências Farmacêuticas da UNESP, em Araraquara, e a Escola de Engenharia de São Carlos, EESC- USP, cujos alunos davam suporte às movimentações na capital do Estado, produzindo material impresso a ser

distribuído em reuniões e congressos clandestinos ou comparecendo às passeatas e atos de protesto de maior porte.

4 O movimento pós-1968: “desmistificar”

O Movimento Estudantil brasileiro existente no pós-golpe de 1964, e essencialmente sua radicalização em fins da década de sessenta e até meados de setenta foi, além da aura mítica que lhe possa ser atribuída, antes de tudo uma demonstração extremada de romantismo revolucionário daqueles anos, presente não apenas na arena política, como também na cultural (RIDENTI, 1997). Segundo Marcelo Ridenti (1997, p.415), o Movimento Estudantil dos anos setenta “[...] buscava no passado elementos que permitiriam uma alternativa de modernização da sociedade que não implicasse a desumanização, o consumismo, o império do fetichismo, da mercadoria e do dinheiro.”

A crescente proletarização das classes médias e sua dependência do trabalho assalariado afastava desta esfera a imagem do intelectual livre, do profissional autônomo (SCALON, 1999), fazendo com que tal aproximação financeira e de estilo de vida durante o populismo desagradasse as camadas médias, que então passam a ver na obtenção do capital simbólico a forma mais segura de manter seu status e seu espaço social, ao mesmo tempo em que surgem movimentos camponeses, operários e estudantis pela concretização das “reformas de base” propostas pelo breve governo João Goulart (PAOLI, 1987).

Neste contexto, a concepção de formação de uma “burguesia hegemônica” (RIDENTI, 1994) é desfeita com a tomada do poder pelas forças armadas em 1964. A luta pela manutenção da democratização socioeconômica da era populista dá início à formação de diversos grupos de esquerda, que seriam também parte do Movimento Estudantil, como a Ação Popular (AP), e Política Operária (POLOP), e algumas dissidências do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Surgia uma

[...] corrente de opinião difusa em inúmeros segmentos de esquerda, que colocava a necessidade de constituir uma vanguarda realmente revolucionária que rompesse com o imobilismo e opusesse uma resistência armada à força das armas do governo, não só para restabelecer a democracia, mas também para avançar decisivamente em direção à superação do capitalismo. (GORENDER, 1987, p.58).

Em meio ao endurecimento da repressão política, novos grupos de guerrilha urbana surgiam, derivações dos primeiros grupos formados ainda em meados da década de sessenta, alimentados também por militantes do movimento estudantil, especialmente após 1968, com o AI-5 (REIS FILHO, 1989).

A partir daí, porém, a tarefa que os estudantes tomavam para si, nas teorias de Florestan Fernandes, era a de contribuir para o restabelecimento da democracia, utilizando o ambiente universitário como meio de integração da comunidade com o mundo a sua volta, sem que esta dependesse do Estado para tanto, e assim pudesse compreender as movimentações sociais, políticas e econômicas que viviam, lutando para barrá-las ou modificar tais eventos quando julgasse necessário (FERNANDES, 1986).

Assim, é preciso aprofundar as análises, de modo a compreender as características sócio-políticas, e não apenas factuais do movimento, voltando-se para a constituição do ideário político dos estudantes, quase sempre provenientes de uma classe média que, meia década depois, pouco a pouco se voltava contra o mesmo regime que apoiara na “Marcha com Deus” em 1964. Com os estudantes do interior paulista não era diferente. Provenientes das camadas médias do rico interior paulista, os estudantes carregavam consigo as esperanças familiares de ascensão social através da obtenção e manutenção de um capital simbólico que não lhes poderia ser tirado (BOURDIEU, 1990).

Ao que se pode perceber, quatro fatores “impulsionaram” ideologicamente tanto a luta armada em todo o país “[...] de maneira mais evidente: a vitória da Revolução Cubana, a heróica resistência do povo vietnamita, a discussão sobre as teses da transição para o socialismo, colocadas pelo XX Congresso do PC soviético, em 1956, e a implantação da ditadura em 1964.” (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p.35). É voltando-se a este período, as lutas de esquerda vitoriosas em várias partes do mundo e ao retrocesso político brasileiro que se deu com o golpe militar que, segundo Marcelo Ridenti, o Movimento Estudantil dos anos setenta buscava nos movimentos da década anterior uma alternativa ao universo consumista.

A pesquisa se baseou nas entrevistas e na metodologia da história oral, onde as perguntas buscavam que o entrevistado vinculasse, além de uma breve explanação sobre sua vida no período pré-1968, nas maneiras como a participação no movimento, e essencialmente no XXX Congresso de Ibiúna influenciaram sua vida, principalmente a profissional, nos anos subseqüentes. Entre as dificuldades

na condução da pesquisa, a ausência de um sequenciamento de dados, e de dados digitalizados no arquivo utilizado. Assim, entre as contribuições desta pesquisa, pode-se destacar a construção de uma lista com todos os indivíduos presos no último evento da UNE ilegal antes do AI-5, separados por delegação, apta para publicação futura e que pode auxiliar em outras pesquisas. As tabelas seguintes mostram a participação dos estudantes por Estado da Federação, e a divisão de gênero presente em cada uma delas. Ainda simples, elas podem auxiliar na visualização da participação política estudantil dos atores referidos.

Embora a análise da atuação de estudantes apenas do interior do Estado de São Paulo pode parecer demasiadamente limitada dada a extensão do ME no Brasil, o recorte se encaixa na perspectiva de uma análise para uma dissertação de mestrado, onde há um espaço de tempo também bastante limitado para a pesquisa. Os resultados dessa pesquisa, embora ainda em fase de conclusão, podem fornecer bases para uma pesquisa de grande porte, utilizando os dados disponíveis acerca de todos os participantes do XXX Congresso da UNE, por exemplo, para uma abordagem mais ampla do movimento, a ser desenvolvida numa pesquisa de doutoramento.

REFERÊNCIAS

- ARENDRT, H. **Da revolução**. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- AUGUSTINHO, A. M. N. “**Des-romantizar**” o movimento estudantil: uma releitura da atuação de estudantes do interior paulista no movimento estudantil de 1968. 2010. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
- BETTO, F. **Batismo de sangue**: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- BOURDIEU, P. Espaço social e gênese das classes. In: _____. **Poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1990. p.133-161.
- CARDOSO, R. **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- FERNANDES, F. Os dilemas políticos dos jovens. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 set. 1986.

FORACCHI, M. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.

FREIRE, A.; ALMADA, I. PONCE, J. A de G. (Org.). Política, repressão e ideologia. In: FREIRE, A. et al. **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione Cultural, 1997. p.18-46.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. São Paulo: Record, 2005.

GORENDER, J. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GROPPO, L. A. **Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968**. Piracicaba: Ed. da UNIMEP, 2005.

GURGEL, A. de P. **A rebelião dos estudantes**: Brasília, 1968. Brasília: Ed. da UnB, 2002.

MARTINS FILHO, J. R. **A rebelião estudantil**. Campinas: Mercado de Letras, 1996a.

_____. **O palácio e a caserna**. São Carlos: EdUfscar, 1996b.

_____. **Movimento estudantil e ditadura militar 1964-1968**. Campinas: Papirus, 1987.

MATTOS, O. F. **Paris, as barricadas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Young**, Estocolmo, v.4, n.2, p.3-14, 1996.

MENDES JUNIOR, A. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PAOLI, M. C. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, J. L. (Coord.). **Cultura e identidade operária**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1987. p.53-101.

PASSERON, J. C. **O raciocínio sociológico**. São Paulo: Vozes, 1995.

POERNER, A. J. **O poder jovem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

REIS FILHO, D. A. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **1968, a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

RIDENTI, M. O romantismo revolucionário nos anos 60. In: FREIRE, A.; PONCE, J. A de G. (Org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione Cultural, 1997. p.414-422.

_____. **Classes sociais e representação**. São Paulo: Cortez, 1994.

SCALON, M. C. **Mobilidade social no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

SIRKIS, A. **Os carbonários**. São Paulo: Global, 1980.

TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis, Vozes 1999.

VALLE, M. R. do. Hannah Arendt e a recusa da violência revolucionária. **Crítica Marxista**, São Paulo, v.26, p.32-49, 2008.

_____. **1968: o diálogo é a violência**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

VENTURA, Z. **1968, O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ENTREVISTAS

Leopoldo Silva Castro

José Murari Bovo

REFERÊNCIAS DE APOIO

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. O tempo e o espaço no mundo estudantil. In: BRITTO, S. de. (Org.). **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v.4, p.61-86.

_____. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. **Questões de sociologia**. São Paulo: Marco Zero, 1983. p.112-121.

CALLADO, A. **Quarup**. Rio de Janeiro: Record; São Paulo: Altaya, 1996.

CAMPOS, F. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1991.

CASTELLS, M. **A participação social dos excluídos**. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

DIRCEU, J.; PALMEIRA, V. **Abaixo a ditadura**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Garamond, 1998.

FERNANDES, F.; PRADO JUNIOR, C. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Ed. da USP, 1972.

HABERMAS, J. O comportamento político dos estudantes comparado ao da população em geral. In: BRITTO, S. de. (Org.). **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v.2. p.115-132.

- IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- _____. O jovem radical. In: BRITTO, S. de. (Org.). **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v.1. p. 225-242.
- JORNAL DA TARDE. São Paulo, maio 1971 –ago. 1973.
- LÉFÈBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, S. de. (Org.). **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v.1, p.69-94.
- MARTINS FILHO, J. R. (Org). **1968 faz 30 anos**. Campinas: Mercado de Letras; São Carlos: Ed. da UFSCar, 1998.
- _____. Este imprevisível passado. **Teoria e Debate**, São Paulo, n.32, p.81-85, 1996.
- MILLS, C. W. **A nova classe média (White Collar)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- MORAES, J. Q. de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. **Tempo Social**, São Paulo, v.1, n.2, p.135-158, 1989.
- RIDENTI, M. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.
- SARTRE, J-P. Questão de método. In:_____. **Sartre e Heidegger**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p.115-197. (Os Pensadores).
- SCALON, M. C. (Org.). **Imagens da desigualdade**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004.
- SPOSITO, M. P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade **Tempo Social**, São Paulo, v.5, n.1-2, p.161-178, 1993.
- VEJA. São Paulo: Editora Abril, mar./dez.1968.
- WEFFORT, F.C. **A crise do populismo**. São Paulo: Abril, 1977.